

O projeto de integração da África: aspectos físicos, comerciais, financeiros e de investimento

Denise Andrade Rodrigues
Ana Cláudia Caputo

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

O projeto de integração da África: aspectos físicos, comerciais, financeiros e de investimento

Denise Andrade Rodrigues
Ana Cláudia Caputo*

Resumo

A integração da África é um tema antigo e relevante para os países do continente. Depois do notável crescimento desses países na última década, ele ressurgiu com força em fóruns sobre políticas para o crescimento econômico africano. São conhecidos seus benefícios para o desenvolvimento da região. A integração proposta pela União Africana (UA) tem dimensões diversas: monetária, financeira, jurídica, de infraestrutura, de comércio exterior, institucionais e políticas, entre outras. Prevê também a constituição de três instituições financeiras: Banco Central Africano, Fundo Monetário Africano e Banco Africano de Investimento. Este artigo visa apresentar uma agenda que pretende modificar a África em níveis sem precedentes, nas próximas décadas, e, como consequência, provocará desenvolvimentos institucionais e estabilidade de regras. A diminuição dos riscos atrairá investimentos, incluindo brasileiros, ao continente.

*Economistas do BNDES. Este artigo é de exclusiva responsabilidade das autoras, não refletindo, necessariamente, a opinião do BNDES.

Abstract

Africa's integration is an old and important issue for the continent. Following the strong economic growth of its countries over the last decade, the theme has strongly reemerged at policy forums for African economic growth. Its benefits for the development of the region are well known. The integration proposed by the African Union has several dimensions: monetary, financial, legal, infrastructure, institutional and trade policies, among others. It also foresees the creation of three financial institutions: the African Central Bank, the African Monetary Fund and the African Investment Bank. This article aims to present an agenda that seeks to modify Africa in unprecedented levels in the coming decades, and, as a result, will develop the institutions and stabilize its rules. The reduction in risk will attract investments, including the Brazilian ones.

Introdução

O BNDES vem acompanhando o incremento, nos últimos anos, do interesse dos empresários brasileiros pela África. Porém, a economia do continente ainda é pouco conhecida no Brasil e as informações são, ainda, insuficientes para a tomada de decisões consistentes. Este estudo pretende auxiliar a complementar o conhecimento disponível ao expor o planejamento de uma agenda que pretende modificar a África em níveis sem precedentes, nas próximas décadas, e que possivelmente contribuiu para o forte crescimento econômico do continente na última década. O artigo descreve um conjunto de políticas que servirão para diminuir o risco proveniente da baixa institucionalidade para o investimento, na medida em que as informações disponíveis fortalecem a convicção de que é um continente em grande transformação.

A África conta hoje, depois da divisão do Sudão e criação do Sudão do Sul, em 2011, com 54 países. Apesar do histórico negativo de crescimento da segunda metade do século XX, houve uma retomada do desenvolvimento na última década, quando apresentou taxas de crescimento bem acima da média mundial. O continente africano cresceu em média 5,7% entre 2004 e 2013.¹

O crescimento pode ser explicado, em grande parte, pelo incremento dos preços das *commodities* minerais observado na primeira década e pela relativa melhora na solvência externa de um conjunto de países africanos.² O petróleo, que tem 12% da produção mundial na África, subiu de preço a partir de 2003. Os preços dos minerais não combustíveis, como cobre, que tem 51% da produção mundial no continente, também se elevaram rapidamente a partir daquele ano.

¹ Valor previsto, para 2014, de 4,8% e, para 2015, de 5,7%, de acordo com Banco Africano de Desenvolvimento.

² Foram importantes para a queda da dívida externa africana os perdões de dívidas externas bilaterais e multilaterais ocorridos desde a década de 1990.

Esse incremento nos preços explica, em grande medida, o aumento das exportações de vários países africanos ricos em recursos naturais.

Conjuntamente ao crescimento econômico, muitos países africanos estabilizaram seu cenário político e aprimoraram suas instituições permitindo-lhes absorver melhor a renda derivada da exploração de seus recursos minerais.

O investimento foi outro importante fator para o crescimento africano. A exploração de recursos naturais atraiu vultosos investimentos de mineradoras e petrolíferas, em busca da crescente rentabilidade proporcionada pela alta dos preços. Os investimentos em infraestrutura, principalmente nas áreas de energia e transportes, elevaram a formação bruta de capital fixo. O próprio crescimento econômico realimentado pela expansão da renda e do consumo contribuiu para aumentar os investimentos.

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) na África influenciaram tanto na expansão das atividades exploratórias como na expansão da infraestrutura. Houve um grande aumento do IED a partir de 2004, quando passou de US\$ 21,7 bilhões para um pico de US\$ 72,2 bilhões, em 2008. Porém, em decorrência da crise internacional, ocorreu, em 2009, uma queda no fluxo de investimentos estrangeiros, para US\$ 60,2 bilhões. E, em 2012, a entrada de IED no continente foi de US\$ 50 bilhões, segundo o último dado disponível na United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

Acompanhando o crescimento econômico do continente, o comércio da África com o resto do mundo apresentou um incremento substancial nas últimas duas décadas. A participação do comércio intra-África também cresceu no período, passando de US\$ 45,9 bilhões, em 1995, para US\$ 130,1 bilhões, em 2011.

Ainda assim, o incremento do comércio intra-África é um dos principais desafios para o desenvolvimento do continente. Os principais limitantes para a expansão do comércio entre países africanos

são os elevados custos de transporte, o excesso de tributação para mercadorias que cruzam mais de uma fronteira e a instabilidade política, que contribui para o fechamento das fronteiras e das vias terrestres e marítimas de transporte. Esses fatores tendem a tornar o comércio com a Europa ou Ásia mais atraente do que o com os próprios vizinhos, conforme UNCTAD (2009).

Esse estudo põe em evidência as vantagens do comércio regional na África. Em primeiro lugar, destaca a importância de aproveitar o ritmo de crescimento dos países da região para aumentar o volume de comércio e, com isso, contrabalançar os efeitos negativos da queda das importações, observada na Europa e nos Estados Unidos, durante a crise internacional. Em segundo lugar, a pauta exportadora dos países africanos para seu continente é menos concentrada em petróleo e mais em produtos industrializados do que a pauta exportadora para o restante do mundo. Assim, o comércio entre países africanos, ao explorar a potencialidade do mercado consumidor de boa parte do continente, pode servir de estímulo às indústrias locais ao usufruir de ganhos de escala. Conforme será visto mais a frente, esse ponto é crucial no projeto de integração africana.

Este artigo está dividido em mais nove seções, além desta introdução. A segunda seção faz uma breve análise do panorama econômico dos países do continente africano. A terceira aborda os antecedentes do atual projeto de integração. A quarta trata da integração institucional e sua coordenação, destacando as Comunidades Econômicas Regionais (CER) hoje existentes. A quinta decorre sobre o atual estágio de integração africana. A sexta seção aborda a integração física; enquanto a sétima, as integrações monetária e financeira. Na oitava seção, discute-se a utilização de estatísticas confiáveis. A nona seção trata da Agenda 2063, um plano de ação para o continente que será apresentado ainda em 2014. A décima e última seção traz as considerações finais do artigo.

Panorama econômico dos países

A África conta com 54 países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), dos quais 16 não têm saída para o mar. Abrange milhares de grupos étnicos, com mais de duas mil línguas e culturas muito diferentes. A economia também apresenta uma grande diversidade. O continente é rico em recursos minerais, em particular cobre, diamante, magnésio, ouro, petróleo e rocha fosfática. Apesar das trajetórias de desenvolvimento desiguais de cada nação, o enorme potencial econômico da região fortalece o cenário de que o desenvolvimento africano talvez seja o próximo grande salto econômico global.

A despeito da diversidade institucional, todos os países africanos, exceto Sudão do Sul e Somália,³ tiveram crescimento positivo no período entre 2004 e 2013. Dos 52 países com estatísticas disponíveis, 27 apresentaram crescimento esperado do Produto Interno Bruto (PIB) igual ou superior a 5% em 2013 (Tabela 1), mostrando que a crise internacional restringiu, mas não estancou, o crescimento do continente.

As economias exportadoras de petróleo, notadamente Guiné Equatorial, Angola, Nigéria e Sudão, estão entre aquelas que mais cresceram na última década, refletindo a importância do ciclo de expansão do preço do petróleo para o bom desempenho econômico do continente.

Tabela 1

Taxa de crescimento do PIB real 2004-2013 (%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média
									(e)	(p)	2004-2013**
África do Sul	4,6	5,3	5,6	5,5	3,6	(1,5)	3,1	3,5	2,5	2,8	3,5
Angola	10,2	20,9	19,0	23,2	13,8	2,4	3,4	3,9	7,9	8,2	11,1
Argélia	5,2	5,1	2,0	3,0	2,4	2,4	3,3	2,4	2,5	3,2	3,1

(Continua)

³ Sem estatísticas disponíveis no Banco Africano de Desenvolvimento.

(Continuação)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média
									(e)	(p)	2004-2013**
Benim	3,1	2,9	3,8	4,6	5,0	2,7	2,6	3,5	3,6	4,1	3,6
Botsuana	2,6	4,8	8,3	8,9	3,7	(7,9)	8,1	8,0	5,8	5,6	4,7
Burkina Faso	4,5	8,7	6,3	4,1	5,8	3,0	8,4	4,4	8,0	6,7	6,0
Burundi	4,8	0,9	5,4	3,5	4,9	3,8	4,8	4,2	4,3	4,6	4,1
Cabo Verde	4,3	6,5	10,1	8,6	6,7	(1,3)	1,5	2,1	2,4	4,3	4,5
Camarões	3,7	2,3	3,2	3,3	2,9	1,9	3,3	4,1	4,9	5,0	3,5
Chade	34,3	7,9	2,7	8,4	3,4	4,1	14,0	1,6	7,2	7,4	8,8
Comores	1,9	2,8	2,6	0,8	0,6	1,1	2,0	2,6	2,7	3,2	2,0
Congo	3,7	7,6	6,2	(1,6)	5,6	7,5	8,8	3,4	4,9	5,1	5,1
Costa do Marfim	1,6	1,8	0,7	1,6	2,3	3,8	2,4	(4,7)	8,6	8,9	2,6
Djibuti	3,0	3,2	4,8	5,1	5,8	5,0	3,5	3,5	4,5	5,0	4,3
Egito*	4,1	4,5	6,8	7,1	7,3	4,9	4,8	1,8	2,2	2,0	4,5
Eritreia	1,5	2,6	(1,0)	1,4	(9,8)	3,9	2,2	8,7	5,5	7,0	2,1
Etiópia*	13,6	11,8	10,8	11,5	10,8	8,7	12,7	11,2	6,9	6,6	10,4
Gabão	1,4	3,0	1,2	4,8	5,3	(2,7)	6,9	7,0	5,6	4,6	3,7
Gâmbia	7,0	(0,9)	1,1	3,6	5,7	6,4	6,5	(4,4)	1,0	4,3	3,0
Gana	5,6	5,9	6,4	6,5	8,4	4,0	8,0	14,4	7,1	8,0	7,4
Guiné	2,3	3,0	2,5	1,8	4,9	(0,3)	1,9	3,9	4,2	4,8	2,9
Guiné-Bissau	2,2	4,3	2,3	3,2	3,2	3,4	4,5	5,3	(1,5)	4,2	3,1
Guiné Equatorial	38,0	9,7	1,3	21,4	10,7	4,6	(0,5)	7,7	5,5	4,9	9,8
Lesoto	2,3	2,7	4,3	4,7	5,7	3,6	7,9	3,7	3,8	3,9	4,2
Libéria	4,1	5,9	9,1	13,0	6,2	5,4	6,1	8,2	8,9	7,7	7,4
Líbia	4,5	11,9	6,5	6,4	2,4	(1,4)	3,7	(59,7)	95,5	15,0	2,3
Madagascar	5,3	4,6	5,0	6,2	7,1	(4,1)	0,4	1,6	1,9	3,0	3,1
Malawi	5,4	2,6	7,7	5,5	8,6	7,6	6,5	4,3	2,0	5,5	5,6
Mali	2,3	6,1	5,3	4,3	5,0	4,5	5,8	2,7	(1,5)	5,4	4,0
Maurício	5,8	1,2	3,9	5,4	5,5	3,1	4,2	3,8	3,3	3,8	4,0
Mauritânia	5,2	5,4	11,4	1,0	3,5	(1,2)	5,1	3,9	6,0	6,4	4,6
Marrocos	4,8	2,8	7,8	2,7	5,6	4,9	3,6	5,0	3,2	4,6	4,5
Moçambique	7,9	8,4	8,7	7,3	6,8	6,3	6,8	7,3	7,4	8,5	7,5
Namíbia	12,3	2,5	7,1	5,5	3,4	(0,4)	6,6	4,9	4,7	4,2	5,0
Níger	(0,8)	7,2	5,8	3,4	9,6	(0,7)	8,2	2,1	13,1	5,5	5,3
Nigéria	10,5	6,5	6,0	6,4	6,0	7,0	8,0	7,4	6,6	6,7	7,1
Quênia	5,1	5,9	6,3	7,0	1,5	2,7	5,8	4,4	4,2	4,5	4,7
República Centra-Africana	2,8	2,0	3,8	3,7	2,0	1,7	3,3	3,1	3,1	3,2	2,9

(Continua)

(Continuação)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	Média 2004- 2013**
República Democrática do Congo	6,6	7,8	5,6	6,3	6,2	2,8	7,2	6,9	7,2	8,2	6,5
Ruanda	7,4	9,4	9,2	7,6	11,2	6,2	7,2	8,3	7,7	7,1	8,1
São Tomé e Príncipe	4,5	1,6	12,6	2,0	9,1	4,0	4,5	4,9	4,0	5,2	5,2
Senegal	5,9	5,6	2,5	4,9	3,7	2,4	4,3	2,1	3,7	4,3	3,9
Serra Leoa	7,4	7,3	7,4	6,4	5,5	3,2	5,3	6,0	16,7	7,2	7,2
Seychelles	(2,9)	9,0	9,4	10,1	(1,9)	(0,2)	5,6	5,0	2,8	3,2	3,9
Somália	”	”	”	”	”	”	”	”	”	”	”
Sudão	6,5	3,7	11,9	12,2	2,3	4,6	2,2	2,7	(0,6)	2,2	4,7
Sudão do Sul	”	”	”	”	”	”	”	”	”	”	”
Suazilândia	2,9	2,5	3,3	3,5	2,4	1,2	1,9	0,7	(0,3)	0,7	1,9
Tanzânia	7,8	7,4	6,7	7,1	7,4	6,0	7,0	6,4	6,4	6,9	6,9
Togo	2,5	1,2	3,9	2,1	2,4	3,4	4,0	4,9	5,0	5,3	3,5
Tunísia	6,0	4,0	5,7	6,3	4,5	3,1	3,1	(1,9)	3,3	3,4	3,7
Uganda	5,8	10,0	7,1	8,1	10,4	4,1	6,2	5,9	4,4	4,9	6,7
Zâmbia	5,4	5,3	6,2	6,2	5,7	6,4	7,6	6,8	7,3	7,5	6,4
Zimbábue	(6,9)	(2,2)	(3,5)	(3,7)	(17,7)	6,3	9,6	10,6	4,4	5,0	(0,2)
África	6,1	5,9	6,3	6,6	5,4	3,1	5,0	3,5	6,6	4,8	5,3

Fonte: Departamento de Estatística do Banco Africano de Desenvolvimento.

* Ano fiscal julho (n-1)/junho (n).

** Média calculada pela taxa composta de crescimento anual (CAGR).

(e) = estimado.

(p) = previsão.

Embora o crescimento do PIB tenha sido uma característica compartilhada por grande parte das economias africanas, há uma importante heterogeneidade estrutural entre elas. Alguns países, como África do Sul, Egito, Marrocos e Tunísia, obtiveram algum sucesso na diversificação de suas estruturas produtivas. Esses países, em especial a África do Sul, lograram instalar uma indústria de transformação e uma estrutura de serviços (como bancos e telefonia) diversificada. Por essa razão, é possível classificar, no espectro de economias africanas, um grupo de **economias que têm exportações elevadas** (baseadas em recursos minerais), mas com uma estrutura produtiva mais diversificada em relação às outras economias.

Um segundo grupo que pode ser destacado é o das **economias exportadoras de petróleo**, que reúne os principais produtores da África, como a Nigéria, Argélia e Angola. Esses países, que estão entre os 15 maiores produtores de petróleo do mundo (Tabela 2), foram responsáveis por grande parte do crescimento do continente nos últimos dez anos. Angola obteve as maiores taxas de crescimento, com média anual de 11,2%, nesse período.

Tabela 2

**Maiores exportadores líquidos de petróleo, 2012
(em milhares de barris por dia)**

Arábia Saudita	8.865
Rússia	7.201
Emirados Árabes Unidos	2.595
Kuwait	2.414
Nigéria	2.254
Iraque	2.235
Irã	1.880
Angola	1.738
Venezuela	1.712
Noruega	1.684
Canadá	1.576
Argélia	1.576

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA).

Contudo, tais economias têm uma estrutura pouco diversificada, na qual os setores associados à exploração de recursos naturais respondem por mais de 50% do PIB. A indústria de transformação de Angola e da Argélia representa apenas 5% do PIB. Na Nigéria, esse valor é ainda menor, 2,6%. Por outro lado, a elevação das exportações de petróleo possibilitou que os países desse grupo acumulassem saldos positivos na conta corrente e contribuiu para a reversão do déficit histórico em conta corrente do continente africano.

Finalmente, as **economias em transição** (Sudão, Gana, Tanzânia, Uganda e Moçambique) reúnem países sem exportações *per capita*

muito elevadas (à exceção do Sudão). No entanto, algumas dessas economias apresentam maior participação do setor de serviços e da indústria no total do PIB e vêm intensificando os investimentos nesses setores.

Antecedentes do projeto atual de integração

O plano atual de integração da África foi desenvolvido ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990. Esse mosaico de culturas e economias decidiu por um projeto de integração que levasse o continente a outro patamar de desenvolvimento, com eliminação da extrema pobreza. As várias experiências de desenvolvimento fracassadas das primeiras décadas da independência africana canalizaram os sentimentos de frustração e fortaleceram a determinação para a criação da Comunidade Econômica Africana (em 1994), por meio do Tratado de Abuja, de 1991.

Anteriormente, na Conferência da Monróvia (1979), foi registrado que se a “África pretendia libertar-se permanentemente da pobreza e da miséria, ela deveria contar apenas consigo mesma” [Comissão da União Africana (2011)]. A Declaração de Adis Abeba, em 1973, registrou a incapacidade da comunidade internacional de criar condições favoráveis para o desenvolvimento da África. A Ata Final de Lagos (1980) enfatizou o desenvolvimento endógeno, auto-centrado e autossustentado e uma luta contra o neocolonialismo dos países do Norte como determinante para a conversão do continente.

O sentimento de unidade para fazer frente às grandes mudanças necessárias para modificar o continente está por trás da iniciativa de integração, mas convivem com sentimentos conflitantes, como o antagonismo às antigas colônias e a aceitação da ajuda humanitária como compensatória, simultaneamente ao treinamento de lí-

deres políticos e comunitários nos países desenvolvidos, a atração de investimento estrangeiro e a ajuda do sistema financeiro internacional para inibir o incremento da saída de recursos ilícitos⁴ da África e para criar instituições financeiras com padrões e normas de acordo com as boas práticas internacionais [Zuma (2013)].

O Tratado de Abuja aprovado pela UA⁵ estabeleceu os fundamentos para a criação da Comunidade Econômica Africana, por meio de um processo gradual de coordenação, de harmonização e de integração progressiva das atividades das CER. Entre seus objetivos está a criação de zonas de livre comércio, de uniões aduaneiras, de um mercado único, de um banco central e de uma moeda comum, estabelecendo assim uma união econômica e monetária unificada até 2028.

Integração institucional e coordenação

A integração econômica é um acordo, em essência, econômico, entre diferentes regiões, que tem como objetivos a redução ou eliminação de barreiras ao comércio e a coordenação das políticas monetária e fiscal. Visa reduzir os custos para os consumidores e os produtores, bem como aumentar o comércio entre os países participantes. Existem diferentes níveis de integração econômica, incluindo os acordos de comércio preferencial, zonas de comércio livre, uniões aduanei-

⁴ Recursos provenientes do contrabando de drogas e armas, do superfaturamento das exportações e subfaturamento das importações e da corrupção. Quantificado recentemente pela iniciativa da Global Financial Integrity, a saída de recursos ilícitos da África Subsaariana seria equivalente a 5,7% do PIB anual entre 2002 e 2011 [Kar e LeBlanc (2013)].

⁵ A Organização da Unidade Africana foi criada em 1963 e sucedida pela UA, em 2002. A UA comemorou seus cinquenta anos, em 2013, em Addis Abeba, Etiópia. Seus objetivos são: a unidade, a solidariedade, a eliminação do colonialismo, a soberania, a cooperação política e cultural e a integração dos Estados africanos.

ras, mercados comuns e uniões econômicas e monetárias. Quanto mais as economias se integram, existem menos barreiras comerciais e alfandegárias e maior coordenação econômica e política.

As principais motivações para um projeto de integração africana estão na possibilidade de independência econômica em relação aos países ricos, no desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. Não é somente liberalizar o comércio e o investimento entre os países de modo a se aproveitar das vantagens específicas de cada um, reduzir custos, aumentar mercado e ganhar competitividade, porque cada liberalização entre um conjunto de países pode corresponder a um movimento de protecionismo, em outro conjunto.

A diversidade de situações sugere que uma visão mais abrangente e dinâmica do desenvolvimento da África requer que os ganhos de escala e de eficiência ocorram para o conjunto de países simultaneamente, à medida que são removidas as regras de proteção e as barreiras ao comércio, com ênfase na visão de longo prazo, em detrimento de uma visão de curto prazo que resolva problemas imediatos de poucos países. Os ganhos, então, seriam expressivos no incentivo aos investimentos entre as fronteiras; no aumento da competitividade entre empresas que concorrem entre si nesse mercado “expandido”; no aumento do comércio intra-África; na diminuição da dependência de produtos importados e da exportação de bens primários; no aprimoramento institucional proveniente do aumento das negociações e das soluções de conflitos e; por fim, na contribuição para a melhoria no bem-estar das populações.

A extensa agenda de reformas, porém, exige muita coordenação e um esforço contínuo e ininterrupto. O plano de ação estabelecido pela UA se distribui em vários temas, como: o comércio; o livre movimento de pessoas, bens, serviços e capital; a infraestrutura e energia; os investimentos; a harmonização de estatísticas; a política fiscal e monetária e o desenvolvimento do mercado de capitais, que serão

tratados nos próximos tópicos; e outros, que não serão tratados neste trabalho, como paz e segurança, saúde e gênero, assuntos políticos, capacitação de pessoas, agricultura, indústria e ciência e tecnologia.

As CER

Existem hoje 13 diferentes comunidades regionais africanas. Muitos países africanos pertencem a mais de uma dessas organizações. A formação das primeiras comunidades regionais remonta aos anos 1960, e muitas delas inspiraram-se, em sua criação, no compromisso com o regionalismo e a integração do continente presente no movimento pan-africano do período. Houve, portanto, uma motivação principalmente política nesse início. Contudo, as subseqüentes crises econômicas e políticas que assolaram a região impediram seu desenvolvimento.

As comunidades regionais tal como hoje são conhecidas foram criadas, na maior parte dos casos, nos anos 1990. As principais têm um maior sentido econômico, tendo como atribuições a remoção de barreiras comerciais, a promoção do desenvolvimento regional (contando até com bancos de desenvolvimento regionais) e a criação de uniões monetárias.

Essas comunidades merecem uma atenção destacada em função do potencial econômico que podem representar na integração regional, favorecendo o comércio intra-África e integrando o crescente mercado consumidor africano. A maior integração de mercados, por sua vez, possibilitaria a criação da escala necessária para a viabilidade dos investimentos na indústria de transformação. Em outras palavras, um investidor em um determinado país africano poderia ter acesso livre a outros países da mesma comunidade regional.

O maior destaque dos bens manufaturados na pauta de comércio intra-África, conforme ressaltado anteriormente, é percebido por todos os países, e bem-vindo, uma vez que os produtos africanos

são adequados aos costumes locais, próximos às necessidades, bem recebidos pelo consumidor e simultaneamente potencializam as possibilidades de integração produtiva, de internacionalização e do IED intra-África.

Nesse contexto, sobressai a relevância da liderança e da iniciativa privada. Stampini *et al.* (2013), que estimam o tamanho do setor privado na África com base em dados da contabilidade nacional e do mercado de trabalho, afirmam que o setor é responsável por 65% do investimento, 90% das oportunidades de emprego, 80% do consumo e 75% do crédito disponível no continente. A participação e liderança do setor privado é uma importante estratégia para aumentar a renda dos africanos. Além disso, contribui para a diversificação das economias, o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a redução da dependência da ajuda externa.

As CER reconhecidas pela UA como pontos de partida para a integração africana são:

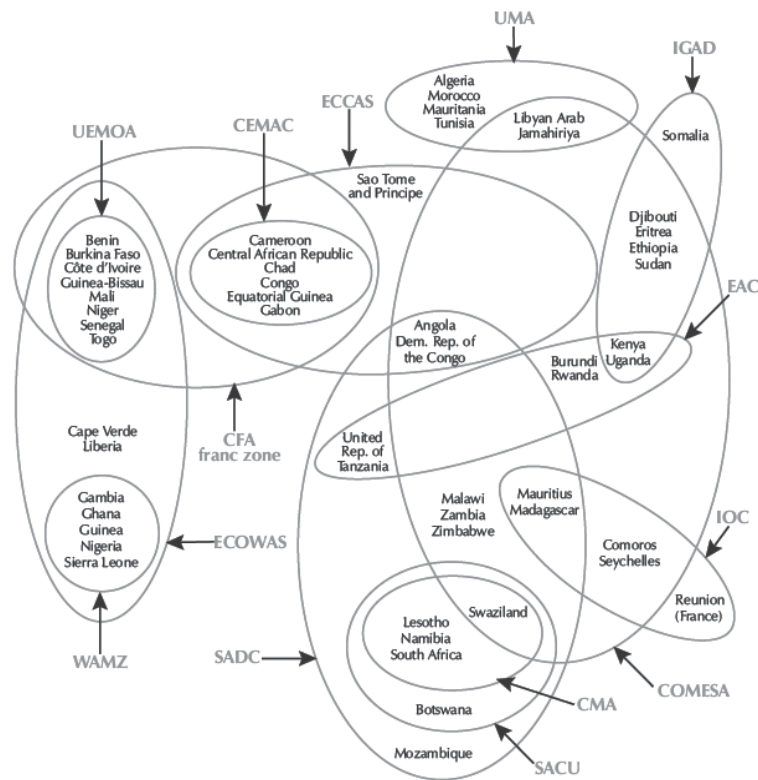
- **Comunidade Econômica dos Estados do Sahel-Sahariano (CEN-SAD):** Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Chade, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Mauritânia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Tunísia.
- **Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA):** Burundi, Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagascar, Malawi, Maurício, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.
- **Comunidade da África Oriental (EAC):** Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

- **Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS):** Angola, Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe.
- **Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS):** Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.
- **Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (IGAD):** Djibuti, Eritreia, Etiópia; Quênia, Somália, Sudão e Uganda.
- **Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC):** África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.
- **União Árabe do Magrebe (UMA):** Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia.

As CER não reconhecidas⁶ pela UA são: União Aduaneira da África Austral (SACU); Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL); União Econômica e Aduaneira da África Ocidental (UEMOA); Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC); e Comissão do Oceano Índico (IOC). Juntamente com as CER reconhecidas, formam um mosaico de critérios de agrupamento e de interesses.

⁶ As CER foram reconhecidas para a integração africana com base em uma distribuição regional que incluísse todos os países, mas evitasse superposições excessivas.

Figura 1
Comunidades Regionais Africanas



Fonte: UNCTAD (2009).

Nota: Não estão incluídas as comunidades CEN-SAD e CEPGK. Estão destacadas, também, algumas uniões econômicas, como a Economic Community of West African States (WAMZ), a Zona do Franco CFA e a Common Monetary Area (CMA).

Etapas da integração

A Comunidade Econômica Africana, estabelecida pelo Tratado de Abuja, será criada em seis etapas:

- Etapa 1 (1994-1999): criação de blocos econômicos regionais onde não existem.
- Etapa 2 (2000-2007): fortalecimento da integração nas comunidades regionais e harmonização entre essas comunidades.
- Etapa 3 (2008-2017): estabelecimento da área de livre comércio e da união aduaneira em cada comunidade regional.
- Etapa 4 (2018-2019): coordenação e harmonização dos sistemas tarifários e não tarifários entre as comunidades regionais visando ao estabelecimento da área de livre comércio e da união aduaneira africanas.
- Etapa 5 (2020-2023): estabelecimento do mercado comum africano.
- Etapa 6 (2024-2028): estabelecimento da união econômica e monetária africana e do parlamento africano.

O estágio da integração africana relatado pela African Union Commission, em 2013, está descrito no Quadro 1.

A integração física

O projeto de integração africana tem como um dos principais temas a integração física de bens, serviços e pessoas.

Infraestrutura

A infraestrutura é um dos maiores gargalos para o desenvolvimento econômico e social do continente. Ao mesmo tempo, a perspectiva de crescimento econômico para os próximos anos, as reformas institucionais implementadas por alguns países e os avanços na coope-

Etapas da integração africana

Etapas do Tratado de Abuja	Etapa 1: 1994-1999	Etapa 2: 2000-2007	Etapa 3: 2008-2017	Etapa 4: 2018-2019	Etapa 5: 2020-2023	Etapa 6: 2024-2028 (no máx. até 2034)
Comunidades Regionais (CRs)	Fortalecimento das CRs existentes e criação de novas CRs onde não existia	Coordenação e harmonização das atividades das tarifas e barreiras não tarifárias	Área de livre comércio	União aduaneira continental	Estabelecimento de um mercado comum africano	União econômica e monetária
UMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Em progresso	Ainda não	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
IGAD	<input checked="" type="checkbox"/>	Em progresso	Ainda não	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
SADC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
CENSAD	<input checked="" type="checkbox"/>	Ainda não	Ainda não	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
ECOWAS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
COMESA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
ECCAS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano
EAC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e harmonizado suas respectivas Tarifas Externas Comuns (TEC), com o objetivo de criar uma única TEC continental	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado união aduaneira e continental, além da livre circulação de trabalho e capital	Esta etapa será alcançada quando todas as CRs tiverem alcançado um mercado comum africano, nesse momento haverá uma moeda comum emitida pelo Banco Central Africano

Fonte: African Union Commission (2013).

ração e na integração regional sinalizam oportunidades de investimento nesse setor.

O principal meio de transportes é a rodovia e, também, a principal forma de conexão existente entre o interior de um país e seu porto. Apenas 19% das rodovias estavam pavimentadas, em 2010. Outro meio de transporte importante é o ferroviário, que compreende cerca de 89.000 km em todo continente. Em geral, são linhas individuais, que ligam o interior ao litoral sem conexões com rodovias, para o transporte das *commodities* que serão exportadas. Apesar de a maioria das ferrovias ser estatal, houve algum avanço em concessões e licenças para operação, principalmente por companhias de mineração. O transporte ferroviário de passageiros não é um negócio rentável em razão da elevada despesa de manutenção e das extensas regiões com baixa densidade populacional.

Destaque-se que há um círculo vicioso na rede de transportes africana: o baixo comércio intrarregional inibe investimentos na ampliação de rodovias e ferrovias, que, por estarem sucateadas, inviabilizam o comércio regional. Além disso, a logística no continente é bastante dificultada pela grande quantidade de países, o que aumenta o tempo perdido em órgãos de controle de fronteiras.

A construção da infraestrutura de transporte por terra (ferrovias e rodovias) existente seguiu a lógica do escoamento de *commodities* por meio dos principais portos africanos. Dessa maneira, se observados os corredores rodoviários e ferroviários, nota-se a concentração da malha de transporte conectando o interior aos portos, sem corredores que conectem internamente o continente. Por essa razão, há maior facilidade dos países africanos em comercializar com parceiros em outros continentes do que com seus próprios vizinhos. A escassez de rodovias e ferrovias pode ser facilmente visualizada nas figuras 2 e 3.

Figura 2
Rede rodoviária africana, 2010



Fonte: African Development Bank (2010).

Figura 3
Rede ferroviária africana, 2010



Fonte: African Development Bank (2010).

A fragmentação política do continente impossibilita a geração de economias de escala, principalmente, no setor de energia. Além disso, o tamanho do mercado dos países inviabiliza a realização de projetos nacionais. Mais de vinte países produziam, em 2010, uma quantidade de energia abaixo da escala de eficiência mínima de produção, impactando o preço pago por empresas e consumidores. O acesso à internet e às ligações internacionais, por exemplo, que ocorre, atualmente, em muitos países africanos, por intermédio de satélites, pode ter seu custo reduzido se for realizado por meio de um anel continental de fibra óptica. O custo elevado reduz ainda mais o acesso desses serviços para a população africana.

African Development Bank (2012) estima que os países da África invistam em torno de US\$ 45,3 bilhões anualmente em infraestrutura. Cerca de 45% desse total refere-se aos gastos de operação e de manutenção realizados pelas empresas públicas. Considerando apenas o investimento em capital, verifica-se que o setor privado tem a mesma participação que o setor público, cerca de 38% do total investido. O restante tem origem na assistência internacional e de países não pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O investimento anual em infraestrutura deveria mais que dobrar, segundo Banco Mundial (2012), para que os países africanos pudessem atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio. No entanto, é consenso entre os chefes de Estado, altos executivos de governo e as comunidades regionais que, sem progressos na cooperação e na integração regional, o continente não conseguirá melhorar e ampliar sua infraestrutura, o que limitará seu desenvolvimento econômico e social.

Um importante avanço na cooperação foi o lançamento do Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura em África (PIDA), em julho de 2010. O PIDA é uma iniciativa na área de infraestrutura criada por três importantes instituições africanas: a UA, a Nova

Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)⁷ e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O BAD é o responsável pela coordenação executiva do PIDA. Representantes da UA, da NEPAD e das CER formam o Conselho Diretor do programa.

Essas instituições calculam que a taxa média de crescimento econômico para os países africanos será de 6% a.a., entre 2010 e 2040. Para atender a esse crescimento, estimam que a capacidade atual de geração de energia (125 GW) deverá ser expandida para quase 700 GW, em 2040. Os fluxos de mercadorias que transitam por portos africanos passarão de 265 milhões de toneladas, em 2009, para mais de 2 bilhões de toneladas, em 2040. Além disso, as necessidades de água vão empurrar algumas bacias hidrográficas (Nilo, Níger, Orange e Volta) para o limite ecológico. A necessidade de tecnologia de informação e comunicação vai aumentar: a demanda de cerca de 300 GB por segundo, em 2009, vai atingir 6.000 GB por segundo, em 2018.

O PIDA tem como objetivo reunir iniciativas de infraestrutura para integração regional. O programa envolveu, primeiramente, o desenvolvimento de estudos para quatro setores prioritários (energia; transportes; tecnologia de informação e comunicação; e recursos hídricos transfronteiriços). Com base nesses estudos, estabeleceu-se um programa de desenvolvimento com horizonte temporal de curto prazo (2020), médio prazo (2030) e longo prazo (2040).

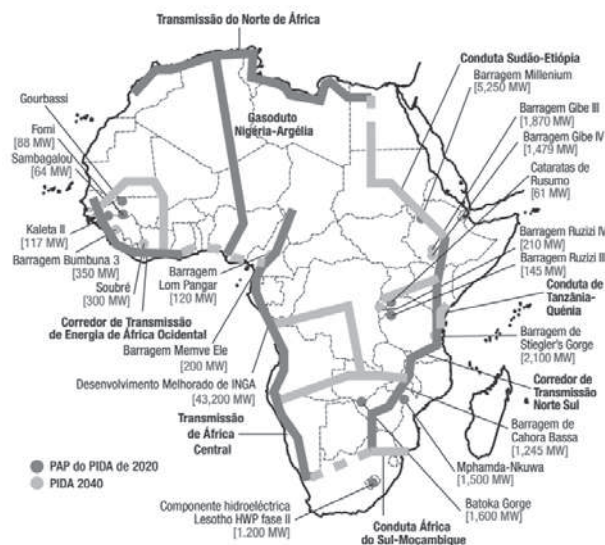
O orçamento total do PIDA está estimado em mais de US\$ 360 bilhões. Todavia, considerando a necessidade urgente do desenvolvimento de infraestrutura na África, o PIDA estabeleceu uma lista de cinquenta projetos prioritários de integração regional. O Plano de Ação Prioritária (PAP) foi resultado de um processo de consulta às

⁷ A NEPAD é um programa da UA adotado na 37ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em julho de 2001, em Lusaka, Zâmbia. O NEPAD visa a uma “remodelação” do continente africano. Suas metas, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento, são a promoção do crescimento acelerado e do desenvolvimento sustentável; a erradicação da pobreza generalizada e da miséria; e a inclusão da África no processo de globalização.

CER, agências especializadas, ministérios do setor e outros agentes de desenvolvimento relevantes. Os projetos foram priorizados com base em três categorias: (1) elegibilidade e integração regional, (2) viabilidade e disponibilidade e (3) impactos no desenvolvimento. O orçamento estimado do PAP, até 2020, é de US\$ 68 bilhões.

Em relação ao setor energético, os projetos listados pelo PIDA englobam a construção de refinarias de petróleo de elevada capacidade, dutos de petróleo e de gás, hidrelétricas e linhas de transmissão. O objetivo será maximizar a produção e a distribuição de energia entre as diversas regiões do continente, de modo a tornar a produção e o consumo eficientes. Isso será realizado por meio de projetos como o Gasoduto Nigéria-Argélia e as quatro linhas de transmissão previstas no PAP. O orçamento total desses projetos está estimado em US\$ 40,3 bilhões até 2020. O PIDA ainda inclui o desenvolvimento de projetos de energia limpa.

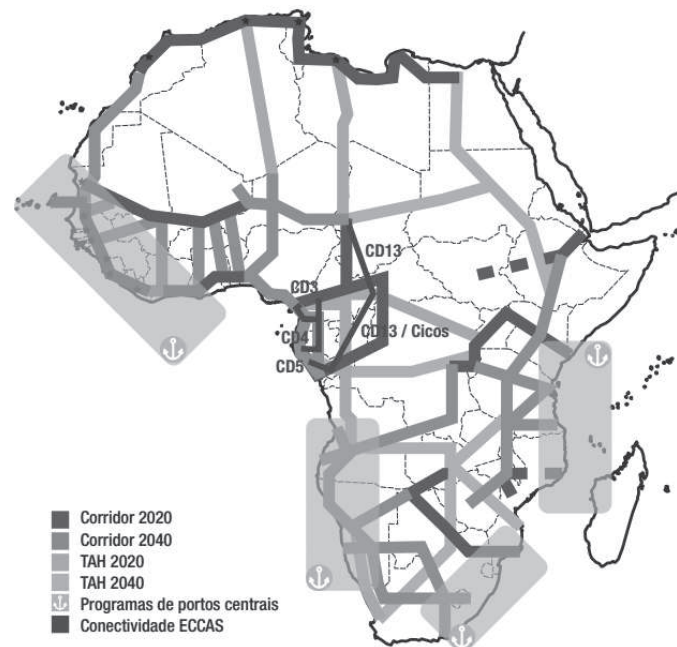
Figura 4
PIDA – energia



Fonte: PIDA – Sumário Executivo.

No setor de transportes, o objetivo do PIDA é reduzir os custos de transporte e impulsionar o comércio intra-africano. Para isso, é necessário melhorar a conexão das capitais e dos maiores centros, por meio da pavimentação de estradas e da construção de ferrovias, e modernizar os portos e aeroportos. O orçamento estimado para o setor de transportes é de US\$ 25,4 bilhões até 2020.

Figura 5
PIDA – transportes

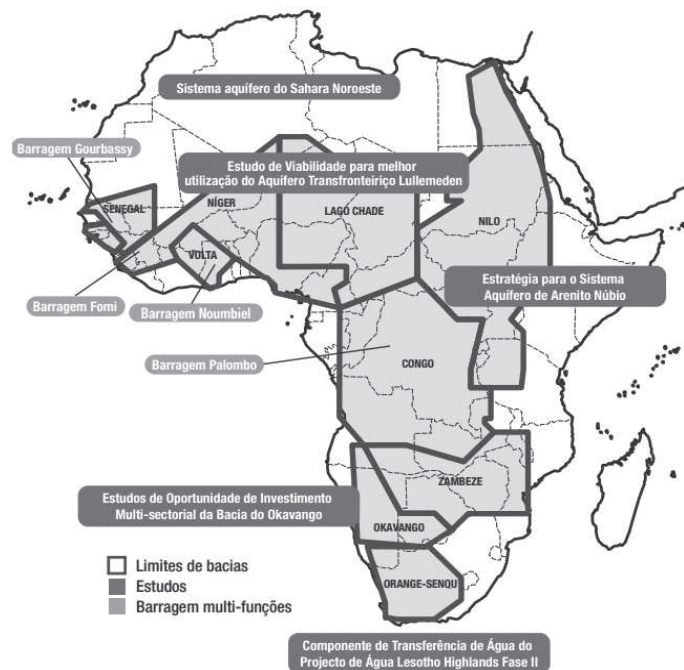


Fonte: PIDA – Sumário Executivo.

No setor de recursos hídricos, o objetivo é assegurar a segurança alimentar e de abastecimento de água, por meio do aumento da capacidade de armazenagem de água e da ampliação da área irrigada. Para isso, serão realizados estudos de viabilidade para a utilização

de alguns aquíferos africanos. Está prevista a construção de diversas barragens multifunções. O orçamento estimado para esse setor é de US\$ 1,7 bilhão até 2020.

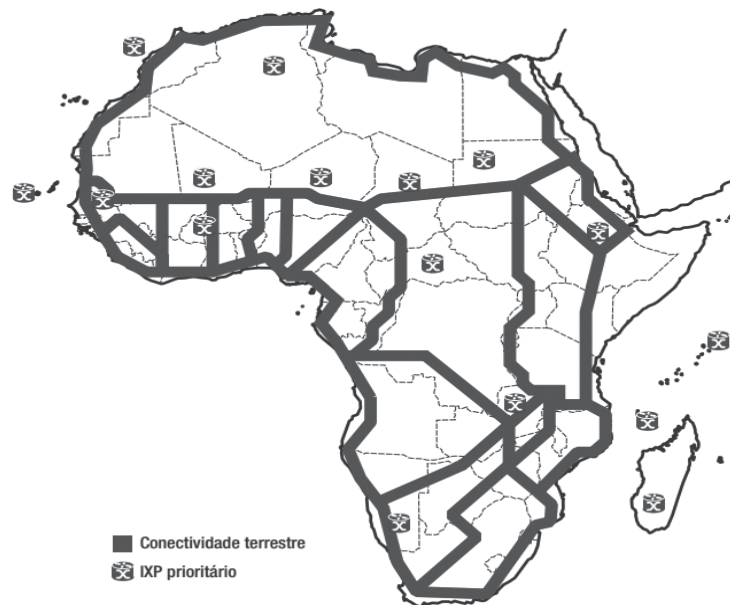
Figura 6
PIDA – águas



Fonte: PIDA – Sumário Executivo.

Para o setor de telecomunicações, o PIDA tem um objetivo: aumentar a penetração da banda larga no continente africano, de modo a aumentar a conectividade com o resto do mundo. Os projetos englobam a instalação de cabos de fibra óptica, terrestre e submarina, e de pontos de intercâmbio de internet entre os países. O orçamento total é de US\$ 500 milhões até 2020.

Figura 7
PIDA – telecomunicações



Fonte: PIDA – Sumário Executivo.

O PIDA prevê que o financiamento de cerca de metade dos investimentos para realização dos projetos do PAP, até 2020, será de fontes domésticas, públicas e privadas. O restante do financiamento aos projetos será proveniente de fontes externas, por meio de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, do Fundo Fiduciário UE-África, dos bancos de desenvolvimento regional e multilaterais e dos fundos direcionados. A atração de investimentos privados constitui-se como um pilar importante para implementação do PAP, em especial, por meio das parcerias público-privadas. O PIDA estima que, em 2010, o compromisso do setor privado para com todas as infraestruturas no continente somou US\$ 14 bilhões, demonstrando que as metas estão coerentes com sua factibilidade.

Movimento de bens e serviços

Os problemas mais comuns para a integração comercial africana estão na sobreposição das comunidades econômicas e na existência de barreiras não tarifárias entre as comunidades e entre os países. A maioria dos países pertence a mais de uma comunidade, muitas vezes competidoras entre si. A UA reconhece as citadas oito CER como fundamentais para a construção da Comunidade Econômica Africana, mas o continente tem 13 comunidades com grandes superposições.

A sobreposição torna muito difícil integrar os mercados por meio dos instrumentos de política comercial comuns, por exemplo, ao estabelecer uma tarifa externa comum, porque um país não pode ser parte de duas uniões aduaneiras aplicando duas tarifas externas comuns diferentes.

As barreiras não tarifárias impedem o livre movimento de bens, serviços e pessoas. Em algumas comunidades econômicas, essas barreiras constituem o principal entrave ao comércio. Dentre elas, destacam-se o *rentseeking* dos funcionários da aduana, os bloqueios policiais nas estradas e os achaques dos funcionários da imigração. Além de inibirem o comércio intra-África, desestimulam também o turismo, especialmente o de estrangeiros, fonte de renda importantíssima para muitas localidades que apresentam reservas naturais e parques nacionais.

É interessante que muitos países se utilizem dessas barreiras como forma de controle do comércio, sem admitir abertamente que utilizam métodos reprovados pela UA para controle das aduanas e, portanto, evitem medidas para inibir as práticas, mesmo quando são participantes ativos de fóruns de negociação da política comercial consensual.

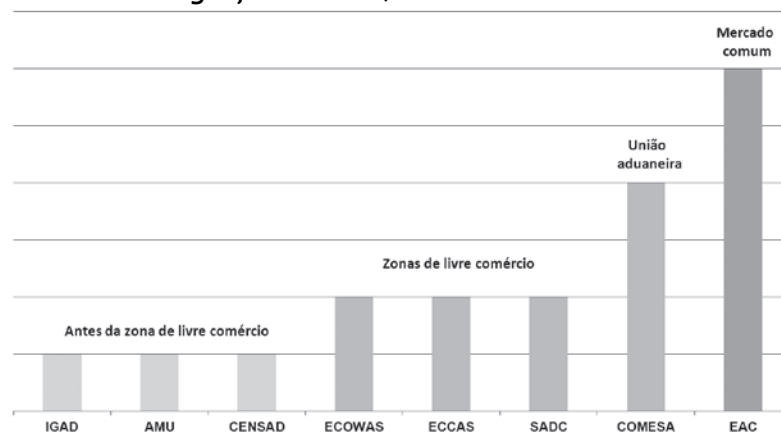
Alguns itens imprescindíveis nos acordos de livre comércio, como as regras de conteúdo nacional e as salvaguardas, têm conseguido avanços importantes no processo de integração. As regras de conteúdo nacional são utilizadas para distinguir os bens e serviços que deveriam

obter um tratamento preferencial. Somente os bens e serviços que satisfazem essas regras conseguem ser transacionados sem tarifas.

As medidas de segurança para prevenção dos efeitos adversos originados da liberalização comercial e das práticas comerciais não justas são chamadas de salvaguardas. Várias comunidades regionais estabeleceram salvaguardas específicas contra as adversidades em seus acordos de cooperação, como medidas *antidumping*, medidas compensatórias, cobertura contra as perdas da indústria e da economia do país importador, medidas de proteção à indústria nascente e aos setores estratégicos, cobertura contra as restrições pós-dificuldades com o balanço de pagamentos e salvaguardas contra os danos sérios à indústria doméstica causados pelas importações.

A EAC foi a única comunidade regional que atingiu a etapa 5 (mercado comum), a ser consolidada nos próximos anos, porém, os progressos aconteceram, mesmo que lentos, na ECOWAS, ECCAS, SADC e COMESA (Gráfico 1).

Gráfico 1
Estado da integração das CER, 2012



Fonte: African Union Commission (2013).

Movimento de pessoas, direito de residência e permanência

O livre movimento das pessoas e seu direito à residência e à permanência é um dos princípios fundamentais da Comunidade Econômica Africana. Em um mundo crescentemente integrado, a migração aumentará nas próximas décadas, especialmente na África, onde o movimento de pessoas é comum, principalmente em países contíguos.

A migração é uma prática natural (e anterior à formalização das fronteiras entre os países) de ajuste de habilidades, idades e composição setorial dos mercados regionais e nacionais de mão de obra. Quando as pessoas se movem de um país para outro carregam consigo suas habilidades e seu conhecimento, mas o imigrante necessita de que suas qualificações sejam reconhecidas pelo país escolhido e precisa do amparo das leis de seguridade social. No continente africano, as movimentações migratórias são intensas seja em busca de emprego, de tratamento médico e seguridade, seja por guerras, violência tribal ou pela violência proveniente do contrabando de drogas e de armas.

As tradições milenares de escambo, trocas comerciais, culturais e linguísticas entre os povos nômades estão presentes em vários países africanos tornando as migrações comuns e aceitas naturalmente. Os países com maior renda e emprego exercem uma atração muito forte sobre os povos mais pobres, e o ajuste da disponibilidade de emprego e da mão de obra adequada não é instantâneo, em virtude das assimetrias de informação. Na literatura econômica, o argumento central a favor da movimentação da mão de obra é que ela aumenta o produto agregado dos países-membros da Comunidade Econômica Africana e, assim, o bem-estar de suas populações.

O alto desemprego é o maior impeditivo para os países permitirem a livre movimentação de mão de obra. Muitos países não querem permitir a entrada de mão de obra sem qualificação, principalmente quando consideram que seus cidadãos não conseguem competir com os imigrantes. Muitas vezes permitem a entrada somente de poucas pessoas com determinadas qualificações e habilidades, mesmo se o país não tiver aquele tipo de mão de obra, por medo do excedente ou da concorrência.

Alguns acordos de imigração temporária foram estabelecidos como um passo para a acomodação das necessidades de mão de obra e, ainda, como um passo para os acordos de imigração definitiva, mais difíceis de serem assinados. A seguir, algumas ações empreendidas pelas três CER mais avançadas na integração.

- ECOWAS: estimula os membros a harmonizar as leis trabalhistas e a seguridade, porém os países têm sido lentos em responder aos compromissos de garantia de tratamento igualitário entre os cidadãos, imigrantes ou natos e, no caso de desempregados, de treinamento e emprego. Em janeiro de 2008, a ECOWAS adotou um mecanismo regional multissetorial para mobilidade intrapaíses-membros e de migração para terceiros países. Do ponto de vista da educação e do treinamento, observam-se avanços na harmonização dos diplomas educacionais nas três línguas oficiais – inglês, francês e português.
- EAC: assumiu compromissos de parcerias entre governos, empregadores e empregados, além de um acordo para o desenvolvimento de um arcabouço comum de qualificação profissional.
- SADC: assumiu compromissos de harmonização de políticas sociais para facilitar a mobilidade de mão de obra e para ga-

rantir a cooperação na coleta de informações e na criação de bancos de dados sobre a mão de obra.

Outros aspectos contribuem para conter a movimentação de bens e pessoas, como as questões de segurança, as disputas por fronteiras e a instabilidade política. O controle da imigração é muito fraco graças à inexistência de documentos de identificação, em muitos países. Como as instituições não criam a obrigatoriedade dos documentos, vigora, em muitas situações de fronteira, o arbítrio por parte das autoridades locais. Muitas comunidades econômicas querem forçar a utilização do documento de identidade, passaporte ou documento de viagem em substituição à complacência com a entrada no país de imigrantes ilegais. A aceitação da entrada de muitos ilegais cria um ambiente de “terra sem lei” que dificulta a regulação do mercado de trabalho e a proteção aos trabalhadores. A preocupação com a segurança, até mesmo dentro de uma mesma comunidade econômica, gera, também, uma resistência aos protocolos sobre a livre movimentação das pessoas.

As disputas originadas na definição arbitrária das fronteiras, principalmente após a independência dos países africanos de seus colonizadores, nas décadas de 1960 e 1970, persistem mesmo depois de a UA insistentemente solicitar que os governos respeitassem as fronteiras para evitar a disseminação de conflitos. Além disso, muitos países ainda estão sob forte instabilidade política, causando uma grande movimentação de refugiados na África, em especial da Libéria e da Serra Leoa. Também os conflitos com os grupos radicais muçulmanos causam preocupações e pânico aos estrangeiros residentes nas regiões deflagradas.

Para contrapor, vários países estão buscando implementar, em conjunto, medidas para melhorar a segurança, como: postos de fronteira comuns; patrulhas de fronteira comuns; passaportes eletrônicos; e a integração dos refugiados aos países hospedeiros.

Integrações monetária e financeira

Pressupostos fiscais e macroeconômicos

Um dos pilares da integração africana é a convergência macroeconômica para um ambiente de reforma que leve ao aumento do investimento, à redução da inflação, ao equilíbrio do balanço de pagamentos, das reservas externas e do câmbio e à redução das taxas de juros dos países africanos. Apesar de a crise econômica ter provocado grandes oscilações nos desempenhos dos países, afetando o equilíbrio fiscal e de conta-corrente, especialmente dos países exportadores de petróleo e minerais, seu impacto não reduziu a tendência anterior de melhoria das condições macroeconômicas e a maioria dos países africanos pode passar pela crise sem maiores percalços. O ambiente macroeconômico equilibrado é um pressuposto para a utilização de uma moeda única africana.

Movimento de capitais e investimentos

Nas últimas décadas, foram removidos vários obstáculos ao fluxo de capitais, possibilitando aos investidores escolher entre destinos alternativos com base em vantagens comparativas. Metade do IED da África foi, nos últimos dez anos, para a Nigéria (29,4%) e a África do Sul (18,2%), enquanto o investimento no mercado de capitais foi para a África do Sul (87,6%), onde o mercado é desenvolvido e sofisticado.

Segundo FMI (2008), Gana, Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia tiveram aumentos substanciais no investimento principalmente porque fizeram grandes progressos nas reformas econômica e financeira. Porém, a maior parte do IED é devida à movimentação das multinacionais, e um terço dos países africanos não se beneficiou do *boom* de investimento privado no continente que ocorreu nos setores

de minérios, petroquímico, finanças, serviços, transporte, armazenamento e comunicação.

Os investimentos esparsos intra-África ocorreram em fusões e aquisições, e não em projetos de novas unidades (*greenfield*).⁸ Estes, quando ocorreram, em sua maioria foram originados por IED de fora da África. Mas existem oportunidades para o IED intra-África nos programas de privatização de estatais de alguns países e para a internacionalização das empresas existentes que se defrontam com crescimento das exportações.

O investimento intra-África representa um compromisso de longo prazo e pode ser facilmente e rapidamente absorvido, uma vez que provém de países com condições institucionais e estruturais similares. O IED proveniente da própria África tem maior impacto na geração de emprego do que o IED proveniente de países desenvolvidos, segundo UNIDO e UNCTAD (2011).

Os países africanos assinaram diversos acordos para promover o investimento e o capital intra-África. Os mais importantes e explícitos são os acordos sobre os investimentos da COMESA (Common Investment Area) e o da SADC (Investment and Finance Protocol).

A ECOWAS estabeleceu somente um acordo explícito sobre investimentos, no setor de energia, porém seus protocolos incluem o direito dos investidores de se estabelecerem em qualquer um dos países-membros.

Os *international investments agreements*, tanto multilaterais quanto bilaterais, objetivam dar conforto aos investidores estrangeiros por meio da explicitação de cláusulas de provisionamento de seguros, foro, justiça, proteção, transparência e previsibilidade do arcabouço político e regulatório que guiarão as atividades de investimentos.

⁸ UNCTAD (2011), com a ressalva de que as estatísticas sobre o fluxo de investimentos e de capital intra-africanos são quase inexistentes.

Os países africanos assinaram mais de 1.120 tratados de investimentos bilaterais, a maior parte com países não africanos, mais de 70% deles com países desenvolvidos, como Reino Unido, França, Alemanha e Itália. São signatários também de instrumentos multilaterais e são membros de instituições de provisão para o tratamento de investidores estrangeiros. Os mais importantes são: a Organização Mundial do Comércio, com 44 membros africanos; o International Centre for Settlement of Investments Disputes, que provê instrumentos para conciliação e arbitragem em disputas internacionais, com 46 membros; e a Multilateral Investment Guarantee Agency, que provê seguro de risco político, assistência técnica e instrumentos de mediação, com cinquenta países do continente.

Os acordos para o investimento no continente seguem os padrões internacionais com regras sobre os direitos de ingresso e de estabelecimento, de tratamento justo e equânime, de proteção contra expropriação, de transferência de recursos e de convertibilidade da moeda, de exigências de *performance* em relação a emprego, fornecimento local, exportação e responsabilidade social corporativa, arbitragem e disputas judiciais entre investidores e Estado.

Muitos governos introduziram políticas de atração de investimentos liberalizando alguns setores, como o de transporte aéreo e o financeiro, de modo a criar um ambiente favorável ao investimento.

O desenvolvimento do mercado financeiro

A UA criou três instituições financeiras pan-africanas: Banco Africano de Investimento, Fundo Monetário Africano e Banco Central Africano, que permitirão aos países o controle dos déficits dos balanços de pagamentos, a promoção da cooperação monetária e a disciplina e supervisão financeira [UNECA (2013a)].

O Banco Africano de Investimento objetiva mobilizar recursos para financiar projetos regionais. O capital inicial previsto é de US\$ 25 bilhões, distribuídos em 75% para os governos-membros e 25% para iniciativa privada africana. Seu estatuto foi aprovado pela UA em julho de 2009. A sede fica em Trípoli, na Líbia, que assinou um acordo para apoiar o Comitê Gestor na realização de estudos técnicos sobre os aspectos institucionais e organizacionais da implantação do banco.

O mandato do Banco Africano de Investimento prevê: a promoção de investimentos públicos e privados destinados à integração regional dos países-membros da UA; a implementação de projetos que contribuam para o fortalecimento do setor privado e para a implantação e modernização do setor rural e de infraestrutura; a mobilização de recursos de mercados de capitais, africanos e externos, para o financiamento dos projetos de investimento nos países africanos; o fornecimento de assistência técnica, quando necessária, para o estudo, a preparação, o financiamento e a execução dos projetos de investimentos.

O Fundo Monetário Africano está estipulado no Ato Constitutivo da UA no Tratado de Abuja, no artigo 19, visando facilitar a integração financeira e comercial das economias africanas por meio da eliminação de restrições comerciais e do incremento da integração monetária. Os objetivos estabelecidos no ato são, entre outros: prestar assistência financeira aos países-membros da UA; servir de câmara de compensação e de provisionamento macroeconômico do continente; coordenar as políticas monetárias dos países-membros e promover a cooperação entre as autoridades monetárias; e incentivar os movimentos de capitais. A sede do Fundo Monetário Africano fica em Yaoundé, capital de Camarões.

O fundo prevê que as contribuições financeiras dos países cotistas sejam distribuídas de acordo com o volume das reservas internacionais, o PIB e o tamanho da população. Todavia, ainda são muitas as divergências a serem resolvidas, que definirão o direito de voto de

cada país. Para orientar a elaboração do estatuto e revisar os documentos legais e organizacionais, contam com o apoio de especialistas do Fundo Monetário Internacional.

A relevância da instituição africana ficou evidente com a crise financeira, de 2008 e 2009, e com o consenso sobre a necessidade de maior e melhor regulação financeira internacional, principalmente, porque as regras de funcionamento do mercado financeiro africano poderão ser definidas com base na própria África e, ao mesmo tempo, ser adequadas ao funcionamento global.

O Banco Central Africano foi criado logo depois da assinatura do Tratado de Abuja e, em 1999, houve a necessidade de acelerar sua implantação. Em conjunto com o Banco Africano de Investimento e o Fundo Monetário Africano, visa à construção de uma política monetária comum e à criação da moeda única africana como uma forma de acelerar a integração econômica no continente.

O Banco Central Africano visa ainda promover a cooperação monetária internacional por intermédio de uma instituição permanente; promover a estabilidade cambial e evitar a depreciação das moedas em decorrência, também, da concorrência entre taxas de câmbio africanas; auxiliar no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos em relação às transações correntes entre os países-membros; e eliminar as restrições cambiais que dificultam o crescimento do comércio internacional. A sede do Banco Central Africano fica em Abuja, capital da Nigéria.

O desenvolvimento dos mercados financeiros nacionais foi grande, nos últimos anos, graças ao crescimento do mercado de capitais, dos investimentos bancários e ao surgimento de investidores de outros mercados, além de seus mercados originais. Necessita, porém, de melhorias nos sistemas de pagamentos e de incremento da regulação bancária, legal e contábil em muitos países, porque, de um modo geral, a infraestrutura de informática na África ainda é fraca.

No mercado de capitais, o desenvolvimento ainda é limitado. O maior progresso foi feito pela África do Sul, e em menor extensão, Botsuana, Costa do Marfim, Gana, Quênia, Maurício, Namíbia, Nigéria e Zimbábue. A maioria dos países tem poucas empresas listadas, um pequeno número de investidores, baixa capitalização e baixo volume de negócios no mercado primário. O enquadramento aos padrões internacionais também é lento, especialmente no que se refere à contabilidade e auditoria.

Ambiente de negócios

Diversos países reformaram e introduziram novas leis, para melhorar o ambiente de negócios, e modernizaram seus sistemas tributários de modo a facilitar a abertura de empresas e o comércio intrapaíses [UNECA (2012)]. Criaram, também, agências e institutos a fim de atrair investidores com porta única de entrada para diferentes ministérios, para ajudar o investidor a reduzir custos e a diminuir o tempo de implantação do projeto, e também de ajudar os governos a revisar a legislação trabalhista de modo a facilitar a contratação de mão de obra para os projetos. Além dessas reformas, introduziram e melhoraram sua transparência e reduziram a corrupção. A Convenção da UA, para prevenção e combate à corrupção, foi ratificada, em 2006, por 31 países. A ratificação, contudo, não é suficiente para transformar práticas antigas; têm peso importante o empenho dos países e das instituições sobre os países que ratificaram a Convenção mas não avançaram nas reformas e o exemplo proveniente dos países que realizaram reformas e obtiveram ganhos econômicos visíveis.

Existem ainda muitos outros desafios, como a falta de coordenação nos programas econômicos e nas políticas tributárias, na medida em que existem muitas comunidades, em etapas de desenvolvimento diferentes e com motivações diversas. Alguns países exigem capital mí-

nimo para o investimento dos estrangeiros e têm legislações restritivas a esse investidor em algumas atividades econômicas, ainda como herança das políticas anticolonialistas do período pós-libertação.

Utilização de estatísticas confiáveis

Para dar credibilidade às políticas implementadas e realizar avaliações de qualidade, as autoridades decidiram empreender um esforço em gerar estatísticas, que apresentassem metodologias e coletas harmônicas e de acordo com os padrões internacionais. Obtiveram grandes progressos ao longo dos últimos anos, porém, o Sistema Africano de Estatísticas demanda ainda muita atenção visando assegurar a melhoria da qualidade e da comparabilidade das estatísticas, reforçar a coordenação para evitar a duplicação dos dados e dos programas de tecnologia da informação e criar capacitação institucional nos institutos de estatística, assegurando a autonomia operacional e os recursos humanos, materiais e financeiros. A Carta Africana das Estatísticas foi assinada em fevereiro de 2009 por vinte países.

A Agenda 2063

Os chefes de Estado africanos lançaram na Declaração Solene dos cinquenta anos da UA, em maio de 2013, em Addis Abeba, um plano de ação de cinquenta anos que será segmentado e detalhado em vários objetivos, metas, ações e indicadores de acompanhamento e subdivididos em planos de 25 anos, dez anos, cinco anos e planos de curto prazo [UNECA (2013b)]. O documento final será apresentado no encontro da UA de junho de 2014.

Os objetivos e metas da Agenda 2063 deverão ser incorporados aos planos de desenvolvimento nacionais com vistas a uma África integrada, próspera, centrada nas pessoas e pacífica. Os compromissos serão estabelecidos em oito temas básicos: (1) Identidade e Renascimento Africano; (2) Luta contra o colonialismo e o direito à autodeterminação das pessoas que ainda estão sob leis coloniais; (3) Agenda da integração africana; (4) Agenda do desenvolvimento econômico e social; (5) Agenda para paz e segurança; (6) Governança democrática; (7) Determinação do futuro da África; e (8) África no mundo.

A Agenda 2063 foi concebida como sequência da avaliação dos sucessos e dos desafios encontrados para a integração africana, nos últimos cinquenta anos, em função das enormes alterações no contexto internacional, proporcionadas tanto pela globalização como pela rapidez da revolução na tecnologia da informação e comunicação, que criaram oportunidades, sem precedentes, para o desenvolvimento dos países mais pobres. Mais do que isso, a agenda veio como resposta, também, do bem-sucedido esforço realizado nos últimos anos por muitos países africanos em prol do desenvolvimento, do ajuste macroeconômico, da redução dos conflitos armados, do surgimento da classe média e do fortalecimento empresarial que catalisou a percepção de que é possível mudar a África se os países trabalharem juntos.

Considerações finais

A integração regional é uma prioridade dos líderes africanos conforme proposta da UA. O tema é caro aos governos nacionais. O diagnóstico principal é que a integração é um importante motor para o crescimento econômico, para a redução da pobreza e para

o desenvolvimento da África. As muitas comunidades regionais e sub-regionais estão em diferentes estágios de reagrupamento utilizando vários critérios de integração regional e diferentes acordos de cooperação. Existe um consenso de que a integração regional e a cooperação aumentarão o comércio intra-África e o comércio internacional, gerando economias de escala substanciais e aumento da competitividade.

A integração proposta pela UA tem dimensões diversas: integração monetária, financeira, jurídica, de infraestrutura e de comércio exterior e seus pressupostos institucionais e políticos. Entre esses pressupostos, estão a diminuição da corrupção, a livre movimentação das pessoas (incluindo como mão de obra) e o controle fiscal. Prevê também a constituição de três instituições financeiras: Banco Central Africano, Fundo Monetário Africano e Banco Africano de Investimento.

O Tratado de Abuja, assinado pela UA, em 1991, previa a criação da Comunidade Econômica Africana, em seis etapas sucessivas: (1) fortalecimento da cooperação setorial; (2) zonas de livre comércio; (3) união aduaneira; (4) mercado comum; (5) união monetária; e, por fim, (6) união econômica. As etapas foram definidas em função de um princípio básico, de que se deveria consolidar inicialmente a integração, em nível regional, por meio do fortalecimento das CER, até que, finalmente, fossem fundidas na Comunidade Econômica Africana.

As CER avançam para a integração em velocidades diferentes em relação aos indicadores do Tratado de Abuja. A coordenação e a harmonização dessas comunidades são exercidas pela UA, que estabeleceu um Programa Mínimo de Integração. Atualmente a implementação do Tratado de Abuja está na etapa 3: criação das zonas de livre comércio e de uniões aduaneiras regionais, prevista até 2017. As comunidades ECCAS, ECOWAS e SADC atingiram o *status* de

zona de livre comércio e iniciaram seus programas para tornarem-se uniões aduaneiras. A COMESA atingiu a etapa de união aduaneira; e somente a EAC atingiu a etapa de mercado comum. As outras estão em etapas menos avançadas.

Na reunião da UA, de janeiro de 2012, decidiu-se apressar a zona de livre comércio tripartite COMESA-EAC-SADC. Essa região reúne 26 países que representam mais de 50% da economia africana, com uma população total de cerca de 600 milhões e um PIB esperado de mais de US\$ 1 trilhão, para 2013, podendo constituir o ponto irradiador da integração continental para as demais comunidades.

A Primavera Árabe afetou o cronograma de estabelecimento da zona de livre comércio dos países do Norte da África. Mesmo assim, esses países desenvolveram algumas ações de cooperação contra o terrorismo e o crime organizado. Todas as ações de cooperação entre os países africanos são consideradas relevantes para o progresso da integração, tendo em vista a grande diversidade e o atraso econômico e social de muitos deles. Os conflitos estão longe do fim e o crescimento de algumas nações também é fonte de outros conflitos, ao atrair recursos humanos e financeiros do restante da África e do mundo.

Na África Ocidental, a ECOWAS e o UEMOA adotaram um programa de ação comum na liberalização do comércio e uma política de convergência macroeconômica. A convergência é apontada como um dos principais pressupostos e, ao mesmo tempo, um orientador das políticas econômicas nos países empenhados na integração; além disso, as experiências bem-sucedidas de uns são rapidamente assimiladas pelos outros.

A ECOWAS criou o West African Monetary Institute (WAMI) como parte dos esforços para o lançamento de uma moeda regional comum, o ECO. Os desdobramentos são, porém, lentos, em razão dos desafios fiscais e orçamentários persistentes na maior parte dos países com moedas fracas.

O comércio intra-africano de manufaturados está crescendo e pode ajudar o continente a se tornar mais competitivo graças às economias de escala, uma vez que o mercado africano é caracterizado por um grande número de pequenos mercados, até mesmo com países sem saída para o mar e dependentes de seus vizinhos. Por meio do mercado intra-África, muitas economias poderão se fortalecer, também com transferência de tecnologia e de conhecimento.

A livre circulação de pessoas é um dos principais pilares da integração e, embora tenha havido algumas conquistas, o progresso continua difuso e lento. Algumas CER implementaram medidas para facilitar a circulação de pessoas, como acordos de relaxamento de vistos e a criação de passaportes regionais (EAC, COMESA e ECOWAS). Existe muita pressão para que as comunidades mais atrasadas na implementação dos protocolos de livre circulação de pessoas redobrem seus esforços. Essa dimensão da integração é muito importante para diversas sociedades africanas, que não aceitam as restrições impostas por fronteiras que conflitam com suas identidades culturais.

A livre circulação de capitais também é lenta, mas algumas comunidades desenvolveram legislações para harmonizar as políticas monetária e fiscal e a convergência do ambiente de negócios e da legislação financeira (EAC, ECOWAS, COMESA e SADC). Entretanto, talvez seja a principal inflexão a ser percebida, em breve, pela comunidade internacional, uma vez que a regulação tênue pode contribuir para incrementar o aproveitamento das tecnologias digitais nos sistemas financeiros, a exemplo do pagamento de contas pelos aparelhos celulares, amplamente utilizado no continente. A consolidação da integração depende, em grande parte, da capacidade do continente para desenvolver a infraestrutura de transporte e de energia, de modo a reduzir custos e aumentar a competitividade. A infraestrutura do continente é caracterizada pela fragmentação, pela baixa capacidade e pelo mau desempenho. O comércio entre as

fronteiras regionais é complicado, com vários controles aduaneiros, várias normas técnicas e postos informais de controle. As malhas logísticas são precárias, necessitando de muitos investimentos; as estradas e as ferrovias são escassas e muitos de seus portos e aeroportos precisam de renovação e expansão. A maioria dos países africanos precisa aumentar a eficiência na administração aduaneira, na movimentação de carga e nos serviços logísticos.

A falta de adequada infraestrutura de energia tem um impacto direto sobre o desenvolvimento de muitos países. Sem energia suficiente, a África não pode transacionar de forma eficaz, desenvolver indústrias sustentáveis e melhorar as condições de vida de sua população, principalmente nas áreas rurais. De acordo com o PIDA, esse é o setor que mais necessita de atenção e ação. O continente africano, em especial a região subsaariana, tem o menor acesso à energia elétrica no mundo e, ao mesmo tempo, dispõe de recursos abundantes em petróleo, gás, carvão e energia hidrelétrica, comprovados, e um potencial de recursos naturais, ainda a ser comprovado. Esses recursos são distribuídos de forma desigual em todo o continente e subaproveitados onde eles existem. A integração regional vai desenvolver o mercado de energia entre os países africanos.

A importância da infraestrutura está bem documentada e compreendida; os líderes africanos concordaram em vários planos e iniciativas: UA-NEPAD African Infrastructure Action Plan 2010-2015, Infrastructure Preparation Facility (não reembolsável) e Pan-African Infrastructure Development Fund. A integração física levará mais tempo a ser concretizada, mas, a cada nova região incluída, os efeitos sobre o desenvolvimento social servirão de exemplo às regiões excluídas. Além disso, as metas parecem factíveis e os agentes econômicos mostram-se intensamente envolvidos.

O financiamento da integração africana continua como um grande desafio. Observa-se uma movimentação externa vigorosa buscando

oportunidades no continente, como da China, dos países europeus e até do Brasil, em menor escala. Ao mesmo tempo, realizam-se discursos enfáticos de líderes africanos de que a África pode resolver seus próprios problemas. Citam estudos que sugerem que os recursos ilícitos saídos do continente são em tais magnitudes, que seriam suficientes para financiar sua infraestrutura se canalizados propriamente. Esses recursos provêm de corrupção, contrabando de drogas e de armas e subfaturamento ou superfaturamento de empresas com negócios no exterior. De certa maneira, parece uma versão do discurso pan-africano, agora trasladado ao mundo financeiro de modo a estimular e criar mecanismos a fim de que os recursos financeiros originados na África retornem ao continente, para que este não dependa exclusivamente da poupança externa.

A Agenda 2063 é uma nova fase na integração africana, em virtude das mudanças ocorridas no mundo, pós-crise, e na revolução tecnológica baseada em tecnologia da informação, e, principalmente, em razão do consenso interno ao continente de que a integração é fundamental para o desenvolvimento econômico e social e as mudanças já implementadas foram responsáveis pelas grandes alterações institucionais e econômicas da última década. Ainda há muito a ser realizado, mas em outro patamar de coordenação e planejamento. Não são somente ações concebidas pelos governantes e pelos altos executivos de governo; percebe-se, também, a preocupação com o desenvolvimento da iniciativa privada e sua participação na concepção das ações da Agenda 2063.

No que se refere ao olhar da África para o Brasil, a Agenda 2063 trouxe uma novidade: o reconhecimento da importância dos emergentes e dos BRICS para o continente. Provavelmente, haverá tarefas específicas a serem definidas nos documentos, ainda a serem discutidas e aprovadas, que implicarão um aumento do relacionamento econômico e financeiro com o Brasil. Percebe-se, em documentos recentes das autoridades africanas, uma compreensão de que exis-

tem experiências da iniciativa privada no Brasil que poderiam ser replicadas na África, em especial, as soluções de infraestrutura e da agroindústria e seus setores complementares.

Em relação ao olhar para a África, o crescimento significativo da maioria dos países africanos despertou o interesse mundial pelo continente. Existem inúmeras oportunidades para as empresas brasileiras nos segmentos de infraestrutura, como na construção de rodovias, ferrovias, hidroelétricas e linhas de transmissões; no segmento de logística, como portos, aeroportos e rodoviárias; em tratamento da água e do lixo urbano; na cadeia de agronegócios, desde a indústria de implementos e equipamentos, até a pesquisa e desenvolvimento das culturas de soja, milho, café, algodão, açúcar e outras, adequadas a cada região; na implantação da indústria e na assistência técnica do setor de bens de capital para irrigação e para transporte da produção e das pessoas; em bens de capital e serviços para a mineração e para a exploração do pré-sal africano; entre muitos outros serviços de apoio aos setores citados.

A integração africana é importante para que ocorram desenvolvimentos institucionais adicionais que minimizem os riscos e criem uma estabilidade de regras para catalisar os investimentos. O desenvolvimento de capacitações tanto no setor público quanto no privado pode ajudar a consolidar um ambiente de negócios com dinâmica saudável e atraente para as empresas interessadas em investir no continente.

Referências

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. *African Development Report 2010*, Tunis: African Development Bank, 2010.

_____. Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme. *African Economic Outlook 2014*. Tunis: African Development Bank, 2014.

- AFRICAN UNION AGENDA 2063. *A Shared Strategic Framework for Inclusive Growth and Sustainable Development – Background Note*. Addis Ababa, African Union, Aug. 2013.
- AFRICAN UNION COMMISSION. *Status of Integration in Africa*. Addis Ababa, African Union, 2013.
- BANCO MUNDIAL. *Top 10 Business Reformers*. 2012. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/reforms>>. Acesso em: 3 mai. 2014.
- COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. *Terceira Publicação*, Addis Ababa, African Union, julho 2011.
- FMI – INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan, Africa*. Washington, D.C., 2008.
- KAR, D.; LEBLANC, B. *Illicit Financial Flows from Developing Countries: 2002-2011*. Global Financial Integrity, 2013. Disponível em: <http://iff.gfintegrity.org/iff2013/Illicit_Financial_Flows_from_Developing_Countries_2002-2011-LowRes.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2014.
- STAMPINI, M. *et al.* How large is the private sector in Africa? Evidence from national accounts and labour markets. *South African Journal of Economics*, Economic Society of South Africa, v. 81(1), p. 140-165, 2013.
- UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Economic Development in Africa 2009*, United Nations, 2009.
- _____. *Economic Development in Africa 2011*, United Nations, 2011.
- UNECA – UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. *Assessing Regional Integration in Africa (Aria V) – Towards an African Continental Free Trade Area*. Addis Ababa, Etiópia, 2012.
- _____. *Assessing Regional Integration in Africa (Aria VI), Harmonizing Policies to Transform the Trading Environment*. Addis Ababa, Etiópia, 2013a.
- _____. *Report on Africa's Regional Integration Agenda*. Addis Ababa, Etiópia, 2013b.

UNIDO; UNCTAD – UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT.
Economic Development in Africa Report 2011: Fostering Industrial Development in Africa in the New Global Environment. United Nations, 2011.

ZUMA, D. Opening Remarks. In: AFRICAN ECONOMIC CONFERENCE. Joanesburgo, 2013.